

O Futuro da Europa

O quadro internacional em que surgiu o projecto de integração europeia alterou-se profundamente, colocando desafios ao futuro europeu. Se se pretende da Europa, não um mero mercado, mas uma realidade política, exige-se para tanto uma dimensão cultural, e um projecto que articule governabilidade com legitimidade. A primeira obriga a colocar a questão da identidade e, conjuntamente, dos limites e vizinhança da Europa, e do seu papel e lugar no mundo. O segundo remete para a clarificação da natureza e do figurino institucional.

{1} CONDIÇÕES ORIGINAIS DO PROJECTO DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA

A ideia de unificar a Europa surgiu nos começos da segunda metade do século XX, depois de duas grandes guerras que a dilaceraram, quando se faziam sentir ainda as pesadas consequências do pós-guerra: a divisão da Europa e do mundo em blocos político-militares e a guerra fria entre eles.

A criação de um mercado comum e, posteriormente, de uma união política visava, no plano interno, garantir de forma duradoura a paz no continente e, no plano externo, enfrentar as ameaças do leste comunista e a concorrência económica e comercial americana e japonesa.

O fim da guerra fria, com a queda do muro de Berlim em 199, veio alterar significativamente as condições originais do projecto de integração europeia. O desaparecimento dos blocos e a democratização das ditaduras dos países do centro e leste europeu, permitiram os últimos alargamentos, a união das duas almas da Europa, de que falava João Paulo II.

A própria experiência de comunidade, vivida pelos países que primeiramente aderiram à Comunidade Económica Europeia, com a clara demonstração das vantagens mútuas dessa união, afastou



de forma decisiva as perspectivas de conflito armado na Europa ocidental e tornou a paz habitual.

Algumas das razões que estiveram no início do processo de integração parecem pois ter desaparecido, dando a impressão a muitos de ter enfraquecido as razões que mantêm unidos os europeus, e deixando entrever a necessidade, de vários lados sublinhada, de relançar o projecto Europeu.

Alguns sinais de crise, com divisões internas sobre modelos institucionais e contornos da União, agravaram essa percepção. Falta uma alma e um novo ânimo à Europa.

É uma ideia de Europa que se reclama, uma ideia cultural e política, e não meramente económica, sobretudo depois das transformações que alteraram o quadro herdado da segunda Guerra Mundial. Persistem os objectivos de desenvolvimento e de paz que presidiram ao tratado de Roma e à criação da Comunidade Económica Europeia, mas as condições em que se traduziam foram profundamente alteradas. O destino estratégico da integração Europeia, se bem que formulado desde a fundação, precisa hoje de ser repensado e reafirmado.

Desde logo porque o mundo, e muito particularmente a Europa, mudou. A divisão da Europa em duas áreas de influência, que a



enfraqueceu ao longo de décadas, deu lugar, nos dias de hoje, a horizontes de unificação, que podem permitir uma maior afirmação na cena mundial. A Europa dividida era uma Europa demasiado voltada para si própria, e para as suas ameaças internas. A Europa reunificada, pode e deve hoje voltar-se mais para o mundo, com os dois olhos geográficos que tem, a ocidente e a oriente.

Essa ideia de Europa pede, em primeiro lugar, uma clarificação da sua identidade cultural, o mesmo é dizer uma clarificação das suas alteridades.

{ 2 } IDENTIDADE PARA UM NOVO PROJECTO

Eduardo Lourenço escreveu há tempos no Público que “não sabemos, como o devemos saber, o que é ser europeu”. A essa debilidade de identidade, segue-se uma perda de auto-confiança. Segundo ele, há muito que perdemos a fé em nós mesmos.

Depois dos recentes alargamentos da União, os problemas da coesão e da governança tomaram-se mais urgentes e complexos, colocando por isso na primeira ordem das prioridades europeias a problemática da sua unidade e da sua identidade. Nunca foi tão importante como hoje, na Europa alargada, saber quem somos e o

que queremos. Pela simples razão de que, ao passarmos a sermos muitos mais, ao aumentarmos a nossa diversidade, precisamos de reforçar a nossa solidariedade identitária, procurando as raízes e as razões profundas da nossa comunidade de povos.

Não se trata, seguramente, de destruir a nossa maior riqueza, que está na diversidade das nossas histórias, das nossas culturas, das tradições nacionais dos nossos povos, que devem aliás ser preservadas. Trata-se tão só de sublinhar, cada vez mais, os traços do que em comum nos identifica como povos da Europa, isto é, os elementos fundamentais da cultura europeia, capazes de suscitar a identificação de todos e promover a solidariedade entre nós.

Se queremos ser uma comunidade de destino, com um designio estratégico mundial, precisamos de uma forte identifica-

Nunca foi tão importante como hoje, na Europa alargada, saber quem somos e o que queremos.

de colectiva, que não sendo incompatível com as identidades nacionais e locais, seja porém capaz de nos unir acima delas, e de nos representar em termos mundiais.

O tratado de Maastrich apontou à unificação da Europa objectivos políticos, para além dos fins meramente económicos, do primitivo tratado de Roma, que não poderão ser atingidos sem uma clarificação da identidade europeia, mormente da sua identidade cultural. A história está aí a demonstrar que não é possível conceber entidades políticas sem substracto cultural. Basta olhar para a construção mais próxima de nós dos Estados Nacionais, levada a cabo pelo liberalismo, com o objectivo de dotar os Estados Europeus de governos representativos, para percebermos que não há unidade política, nem mercado, sem identidade cultural.

Em Maastrich passou-se definitivamente de um projecto meramente económico e comercial para um projecto abertamente político de União, de um projecto de ter mais para uma ambição de ser mais. O que se pretende não é mais apenas um mercado mas também uma cidadania.

Ora esta ambição remete obrigatoriamente para a construção de uma base cultural, sem o qual não pode haver expressão política, ou seja para a clarificação da questão da identidade cultural da Europa.

De que falamos quando nos referimos à Identidade Europeia. Forma nova de pôr a mesma questão que já Gonzague de Reynold enunciava nos primeiros tempos da II Guerra Mundial, ao publicar *Qu'est-ce que l'Europe?* (1941). Ou por outras palavras: trata-se de saber o que significa Europa, que encobre esta palavra, inicialmente mítica, tornada realidade ao longo dos tempos, através da história.

Se é certo que há várias identidades na Europa, mormente as identidades nacionais dos países que hoje integram a União Europeia, contudo há também nela uma identidade comum. Poderão ver-se e analisar-se nela várias dimensões, falando-se por exemplo de identidade económica ou de identidade política.

A história recente da integração e unificação europeia foi identificando o que construía. Primeiro chamou-lhe “mercado comum”, sucessivamente alargado. Depois sonhou com uma União Política, dotada de cidadania própria, mas sem se empenhar, pelo contrário antes enfeitando, procurar a identidade cultural que lhe estaria na base.

Quando falamos de Europa falamos sobretudo de cultura, e é na cultura que temos que procurar resposta para a pergunta da identidade. Na cultura entendida em toda a sua amplitude, não confinada por isso à mundividência, mas alargada à cultura económica e à cultura política.

Quando falamos de Europa, sobretudo da Europa do Acto Único, é de economia de mercado que falamos, e dos traços que a configuram, mormente de liberdade económica, de livre circulação de bens e de pessoas. Mas também de democracia política, de união política, de cidadania comum, feita de direitos e deveres por todos partilhados, que o Tratado de Maastrich consagrou.

Subjacente porém a estas duas dimensões de liberdade económica e de igualdade política, está uma dimensão cultural irrecusável de fraternidade humana, de humanismo solidário.

Esta dimensão cultural é tanto mais importante, quanto sabemos que a Europa, apesar da nitidez de algumas fronteiras físicas, não tem identidade geográfica. Alguns a definiram mesmo como um prolongamento, uma península da Ásia, sem contornos geográficos precisos, com algumas excepções como o estreito de Bósforo ou o de Gibraltar.



O que confere singularidade à Europa é a cultura comum aos seus povos. O que permite falar da Europa e dos europeus, e da sua projecção pelo mundo, é um conjunto de valores e modelos de comportamento, que moldaram instituições e formas culturais, que importa reconhecer e reafirmar.

O que identifica a Europa é uma herança cultural, um denominador comum cultural a toda a diversidade dos seus povos e nações.

Repetiu-o claramente o Cardeal Ratzinger, numa conferência proferida em Berlim, em 2000: “a Europa só é um conceito geográfico de maneira totalmente secundária: a Europa não é um continente claramente compreensível em termos geográficos; é, pelo contrário, um conceito cultural e histórico”¹.

Esta identidade cultural europeia, cujos fundamentos devemos procurar, está escrita na própria história europeia. As identidades são feitas de memória. A Europa tem um código genético, que não pode apagar, nem esquecer, sob perigo de perder a sua própria identidade. É certo que as identidades não são entidades estáticas, mas realidades em construção, que se redefinem progressivamente mediante reincorporação de novos dados, mas não podem prescindir das bases de que partiram, sob risco de descaracterização.

As identificações são sempre demarcações, porque diferenciam das demais. A identidade cultural europeia forjou-se historicamente no confronto com outras identidades, de quem recebeu mesmo influências, mas com as quais nunca se diluiu. As fronteiras, mais culturais do que geográficas, sempre foram condições de

possibilidade das identidades.

A alteridade da nossa identidade não tem que ser entendida nem em termos de relação de inimizade, nem em termos de subordinação. Pelo contrário, a condição de sucesso fundamental para um diálogo de civilizações e de culturas, não está no apagamento das diferenças, no esbatimento dos contrastes, mas sim na construção de elementos de comunidade que assentam na consciência da diversidade e da singularidade de cada unidade.

Se queremos construir a irmandade dos povos europeus, não apenas em termos de solidariedade económico-social, mas também em termos de unidade política, precisamos de uma identidade cultural forte, não confundível nem diluível no marasmo da ecletismo, ancorada na memória histórica mas também aberta ao futuro, e sobretudo ao diálogo com os outros que, pelo mundo, são também nossos irmãos e filhos de Deus.

{3} AS RAÍZES DA IDENTIDADE EUROPEIA

A ideia de Europa é grega, e todos sabemos que o primeiro nome remete para a antiguidade helénica. A Europa, culturalmente falando é filha da razão grega, do pensamento filosófico grego que abriu à espiritualidade, e ao conceito de “alma” e, subsequentemente à ideia de conhecimento racional, do pensar por conceitos e não apenas por imagens e mitos, e à reflexividade².

Da mesma maneira, a Europa recebeu do direito romano, mormente da cidadania do Império, um segundo e inconfundível contributo. Essa foi a primeira de várias tentativas que, ao longo da história, se sucederam para unificar os territórios e os povos da Europa.

O terceiro, e não menor contributo para a formação da cultura europeia, deu-o o cristianismo com a afirmação da pessoa humana, cuja dignidade e fraternidade mergulha na filiação divina. O personalismo cristão é desse modo uma dimensão indelével da identidade europeia.

A estas primeiras, outras raízes se sucederam ao longo dos séculos, até ao dealbar da modernidade, que contribuíram para uma afirmação e diferenciação identitária dos europeus.

Quando perscrutamos as raízes históricas destas dimensões, como o fez magistralmente, entre outros, Christopher Dawson em *The Making of Europe* (1932), não podemos deixar de identificar a razão grega, a cidadania romana e o personalismo cristão, como base sobre a qual se enxertarão mais modernamente o humanismo renascentista, o iluminismo enciclopédico e, mais recentemente, a revolução científico-tecnológica.

Porém, a primeira vez que, nos tempos modernos, se fez referência e apelo à Europa, foi no século XVI, quando o Papa, perante o perigo que representava para o ocidente o cerco dos turcos a Viena, se dirigiu aos soberanos da Europa, solicitando-lhes auxílio em nome da cristandade.

A Europa assumiu assim, desde os primórdios, mas particularmente nos fins da cristandade e no dealbar da época moderna, uma configuração cultural cristã, e foi assim que se projectou pelo mundo na fase da expansão marítima das potências ocidentais. O cristianismo foi na Europa “um factor primário de unidade entre povos e culturas e de promoção integral do homem e dos seus direitos”, disse-o João Paulo II. “O cristianismo deu forma à Europa, imprimindo-lhe alguns valores fundamentais. Mesmo a modernidade europeia, que deu ao mundo o ideal democrático e os direitos humanos, recebe os seus próprios

A Europa assumiu assim, desde os primórdios, mas particularmente nos fins da cristandade e no dealbar da época moderna, uma configuração cultural cristã

valores da herança cristã”³.

Isso mesmo foi reconhecido pelos fundadores das comunidades, quando escolheram para símbolo da Europa unida as doze estrelas do esplendor mariano, que hoje ornamenta e identifica a bandeira e estandarte da União.

Recentemente, com a elaboração do projecto de tratado Constitucional, algumas forças puseram em causa esse legado cultural, pretendendo excluído a pretexto da laicidade política. Lamentou-o o mesmo Papa João Paulo II, quando se referiu à “*crise da memória e herança cristãs, acompanhada por uma espécie de agnosticismo prático e indiferentismo religioso, fazendo com que muitos europeus dêem a impressão de viver sem substrato espiritual e como herdeiros que delapidaram o património que lhes foi entregue pela história. Por isso não causam assim tanta maravilha as tentativas de dar um rosto à Europa excluindo a sua herança religiosa, e de modo particular a sua profunda alma cristã, estabelecendo os direitos dos povos que a compõem sem enxertá-los no tronco irrigado pela linfa vital do cristianismo.*”⁴

Quando a Europa se projectou pelo mundo, marcando com a sua civilização outras e diferentes civilizações, o rosto cultural, pelo qual se deu a conhecer, foi o do cristianismo.

{4} LIMITES CULTURAIS DA IDENTIDADE: VALORIZAÇÃO DA “VIZINHANÇA”

Se a Europa é, acima de tudo, um conceito cultural, de conformação histórica, mais do que uma entidade geográfica de claros contornos, as fronteiras da Europa são sobretudo culturais. Os critérios que deverão balizar a pertença à “casa comum europeia”, e clarificar as suas vizinhanças, com as quais importa estabelecer relações especiais de parceria próxima, terão que ser culturais e civilizacionais.

A Europa não pode alargar-se indefinidamente sob risco de diluição interna e de comprometer a sua missão externa, sob perigo de perda de identidade e de governabilidade. Saber onde pode e deve parar o alargamento, para promover relações de vizinhança próxima, é tarefa urgente, que pede identificação cultural e civilizacional. Repor a questão dos limites da Europa é de importância estratégica decisiva, tanto a leste como a sul, e obriga a recolocar o problema das relações da Europa com a África (sobretudo a mediterrânica), com o próximo oriente asiático e com a Rússia e as suas antigas repúblicas. A recuperação do estatuto de vizinhança, com tratamento deferencial, poderá ajudar a resolver os difíceis pedidos de adesão de Marrocos, de Israel, da Turquia e da Ucrânia, já formulados ou em curso de serem.

O facto de residirem cada vez mais não europeus na Europa, provenientes de outras culturas e civilizações, não é razão para ela se estender a esses países, como é caso dos turcos, magrebinos, africanos ou chineses.

{5} A EUROPA CONJUNTO DE POVOS E NAÇÕES

Ao contrário de experiências de unificação anteriores, na Europa e fora dela, de que se podiam dar como exemplos a unificação da Alemanha ou a dos Estados Unidos da América, a Europa de hoje, em processo de integração não é composta de um único povo constituinte, nem por uma única nação, culturalmente homogénea, com uma única língua ou confissão religiosa.

A Europa é um complexo variado de povos e nações, que ao longo dos séculos da sua história se contrastaram e opuseram, se guerrearam e disputaram, por interesses antagónicos e rivais. Querer apagar esta realidade e esta história será inexoravelmente trágico, e conduzirá a um inevitável fracasso.

O processo de unificação europeia, numa nova realidade política, terá que respeitar e incorporar esta diversidade, e sem a veleidade táctica de a preservar por momentos, para a substituir num futuro próximo, pois as clivagens em que assenta são demasiado profundas e radicadas no tempo e no espaço.

A novidade do processo de integração em curso, em contraste com as anteriores experiências imperiais de unificação europeia pela simples anexação e subordinação (Carlos Magno, Sacro Império Germânico, Carlos V, Napoleão, Hitler, Estaline) está precisamente no claro propósito, assumido desde os primórdios, de respeitar e preservar a diversidade étnica, linguística e cultural, como riqueza e vantagem da Europa, de equiparar em dignidade e paridade os diferentes estados e nações da Europa, sem hierarquizações nem dependências imperialistas.

O insucesso das tentativas passadas não dependeu tanto do objectivo de tornar grande e vasto o espaço europeu, mas antes dos processos adoptados que esqueceram a diversidade e a igual dignidade dos povos europeus.

{6} DUPLA LEGITIMIDADE DOS ESTADOS E DOS CIDADÃOS

Desta preocupação de respeitar a diversidade de povos e Nações decorre a necessidade de saber combinar e articular equilibradamente a dimensão internacional com a dimensão supranacional. Nem reduzir a Europa a uma mera confederação intergovernamental, que comprometeria a sua governabilidade e eficácia decisional, nem a um estado supranacional redutor da Europa a um conjunto indiferenciado de cidadãos, como se não pertencessem, por séculos, a realidades de enquadramento político e cultural, com configurações e interesses estratégicos próprios e não apagáveis.

A ideia de combinar a legitimidade dos Estados, radicada nas instituições do Conselho e da Comissão, como legitimidade delegada, com uma nova legitimidade dos cidadãos, depositada no Parlamento Europeu, a partir de 1979, como legitimidade originária, traduzia a clara percepção da necessidade de manter este equilíbrio entre o todo e as partes, entre o passado e o futuro.

As recentes decisões de substituir as presidências rotativas por uma Presidência fixa institucional, de reduzir a composição da Comissão, excluindo dela a representação de alguns estados, necessariamente os mais pequenos, acentua um desequilíbrio, em proveito da legitimidade dos cidadãos, e dos Estados que os têm em maior quantidade, que pode comprometer o futuro da União.

Os modelos de federalização oferecidos pelo século XIX, como processos de associação de estados pré-existentes, tanto nos Estados Unidos como na Europa (unificação alemã), por se tratarem de estados monolíngüísticos e culturais, não servem de modelo

para o processo europeu. Pelo contrário, as experiências fracasadas da federalização soviética e jugoslava, que tentaram forçar a unificação mediante o apagamento de diversidades profundamente estruturadas, esclarecem-nos sobre cuidados fundamentais a ter no processo europeu.

A cidadania europeia que se pretende paulatinamente instituir, não pode construir-se à custa das cidadanias nacionais. Nem mesmo a mobilidade, que se pretende fomentar para esse efeito, pode pretender ultrapassar ou apagar raízes culturais profundas que configuram os povos europeus. A cidadania supranacional será tanto mais forte quanto for capaz de se ancorar nas cidadanias básicas, e de equilibrar os direitos que a configuram com os correspondentes deveres (de conscrição, de tributação) que só a nível nacional poderão encontrar adequada tradução.

O princípio de subsidiaridade, integrado formalmente no património europeu pelo Tratado de Maastricht, deve ser a chave de compreensão e de tradução do segredo do sucesso da construção europeia.

Não sendo a Europa uma Nação, mas um conjunto delas, não tendo a veleidade de se constituir como um estado, não deve ter outra representação cimeira senão a das suas próprias nações, sem prejuízo da satisfação da necessidade de órgãos de governo comum. E para isso, a figura de presidente da Comissão era bem suficiente, não se vislumbando as vantagens de uma dupla presidência, que corre o risco, além do mais, de ser conflituante.

{7} EQUILÍBRIO DE REPRESENTAÇÕES

Da mesma maneira, é fundamental saber equilibrar a representação dos Estados com a representação dos cidadãos, e saber assegurar a representação paritária dos estados, a par da representação proporcional dos cidadãos, em suma combinar institucionalmente soberania com cidadania.

Se não queremos repetir os erros, que experiências anteriores corporizaram, de integrar por anexação ou por subordinação, como se fosse apagável da história o que nela está indelevelmente inscrito, temos que reconhecer a idêntica dignidade de todos os estados por igual, a dos maiores e a dos mais pequenos, sabendo aproveitar o contributo que todos podem e devem dar ao desígnio estratégico europeu no mundo.

Desse ponto de vista, a representação parlamentar europeia não deve afirmar-se à custa das representações parlamentares nacionais, nem o papel do parlamento europeu, deve entender-se senão em termos subsidiários.

Compreende-se a necessidade de reforçar os poderes do parlamento europeu, pois é tão grave a existência de uma capacidade deliberativa sem legitimidade, como a persistência de uma legitimidade desprovida de competências ou poderes. Mas esse argumento não deve levar nem ao excesso de regulamentação uniformizadora, de que tanto nos queixamos, nem à crescente absorção de capacidade legislativa dos parlamentos nacionais.

O poder legislativo europeu, entendido subsidiariamente, não pode assumir-se como poder originário exclusivo, convertendo o poder legislativo nacional em mero poder delegado, pois historicamente a delegação foi feita de baixo para cima e não o contrário. Nisso diferem os processos de transferência de competências para baixo, como por exemplo os processos de regionalização, dos processos de transferência de soberania para cima, como são os processos de federalização.



Identicamente, os emergentes partidos europeus não devem tentar subsumir a articulação e representação de interesses nacionais, como se pretendessem ser expressão de uma cidadania europeia desenraizada das realidades nacionais. Têm sido, e bem, grupos parlamentares, articuladores de formações de base nacionais, coordenadores de afinidades programáticas e estratégicas.

Da mesma maneira, a veleidade de responsabilizar a Comissão Europeia perante o Parlamento, à maneira dos sistemas parlamentares, afigura-se de todo inadequada à natureza institucional de um projecto que deve respeitar a paridade dos estados. O sistema de governo europeu tem sido, e é desejável que continue a ser, um sistema de convenção, em que os membros da Comissão, embora não representando os Estados membros de que são originários, não pertencem contudo a uma mesma força partidária.

{8} EQUILÍBRIO DA CAPACIDADE DE DECISÃO: GOVERNABILIDADE E LEGITIMIDADE

O aumento da dimensão da União, com os sucessivos alargamentos, veio colocar a impossibilidade de continuar a decidir por unanimidade em todas as matérias, e a necessidade de adoptar crescentemente mecanismos de decisão maioritária, embora salvaguardando mecanismos de bloqueio para as minorias.

A necessidade de aumentar a operacionalidade, de assegurar a eficácia decisional, deve combinar-se com a legitimidade dos processos de decisão, sobretudo com a diversidade dos pesos de representação estatal e demográfica. Países de grande extensão territorial e de maior dimensão demográfica terão necessariamente que possuir maior peso decisional que os mais exíguos e menos populosos, sem contudo prejudicar a participação equitativa de todos.

As soluções encontradas no recente Tratado de Lisboa, para definir a maioria qualificada (55% de estados e 65% da população) e a minoria de bloqueio (4 estados e 35,01% da população), traduzem esse equilíbrio indispensável.

Por outro lado, importa diferenciar as matérias onde convém continuar a exigir unanimidade de decisão, que terão que ser necessariamente poucas e fundamentais, ou seja, que tenham a ver com as razões da União, como a política externa, de defesa e de segurança, e a política fiscal.

{9} UMA EUROPA PARA O MUNDO

A identificação da Europa, como conjunto de nações de matriz comum, não é uma identificação para dentro, apenas para consumo interno, mas uma identificação para fora, condição indispensável para o diálogo com o mundo, com as demais civilizações.

Para além de uma cultura, a Europa foi e é uma civilização, que se expandiu pelo mundo, sobretudo graças à gesta dos povos ibéricos. A cultura europeia, tal como a civilização que mundializou, não é confinável à Europa. É intrínseca à identidade cultural europeia esta abertura ao mundo. A Europa não se criou para se fechar mas para se abrir.

Abertura antes de mais aos mundos civilizacionais que criou, nas Américas e na África, como no Extremo oriente. Abertura também às civilizações diferentes, asiáticas, orientais, e médio-orientais.

Esta abertura deve significar, em primeiro lugar, o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento, que permita aos povos perante os quais a Europa tem responsabilidades, encontrarem condições de vida digna e pacífica. Sem negar o direito à emigração, exercitável dentro dos limites da razoabilidade, os problemas do sub-desenvolvimento devem encontrar solução na origem e possibilitar a cada povo viver livremente no seu habitat de origem e de acordo com a sua cultura.

Do mesmo modo, a Europa deve abrir-se ao diálogo com outras civilizações, vital para a construção da paz e do futuro da humanidade. O mundo árabe, a Índia e a China constituem mundos com quem a Europa tem deveres de cooperação, para fomentar a compreensão e o respeito recíprocos, e construir com eles um futuro diferente.

Para o sucesso destas parcerias, a Europa tem que ser ela mesma, aprofundar a sua identidade histórica e assumir os valores que fizeram dela o ponto de referência e a esperança da humanidade. ●

¹ Joseph Ratzinger, *Europa. Os seus fundamentos hoje e amanhã*, Lisboa, Paulus, 2005, p.11. ² Giovanni Reale, "Radici culturali e spirituali dell'Europa", discurso inaugural do Congresso Verso una Costituzione Europea?, realizado em Roma, em Outubro de 2002, promovido pela FUCE e pela COMECE. ³ João Paulo II, *A Igreja na Europa. Exortação Apostólica Pós-sinodal*, 2003, pp.115. ⁴ p.15